

A *Antígona* de António Sérgio: “um estudo social em forma dialogada”*

CARLOS MORAIS

Universidade de Aveiro

Abstract: Being a polygraph writer, António Sérgio (1883-1969) wrote an *Antigone*, in 1930, during his exile in Paris, which he has defined as a “social study in dialogue form”. Bearing this statement in mind, we have attempted to show that the author, by constantly resorting to an interplay of masks and innuendo, has recreated Sophocle’s myth according to his thought, clearly influenced by Kant’s, and his political views regarding the military dictatorship set up on 28th May 1926.

Keywords: Portuguese Literature, Greek Literature, Greek Drama, António Sérgio, Sophocles, *Antigone*, Reception of Classical Literature

“...a *Antígona* de António Sérgio não é uma obra de literatura dramática, como todas as outras ‘*Antígonas*’, mas sim um estudo social em forma dialogada, tal como os ‘*Dramas filosóficos*’ de Renan...”

[António Sérgio], *Seara Nova* 243 (1931) 46

1. Introdução: da luz às trevas

Um misto de luz e trevas se abateu sobre este nosso “reino cadaveroso”, na sequência da revolução de 28 de Maio de 1926. À luminosa esperança de concretização de um sonho de descontentamento feito, sobrevieram logo nebulosas incertezas e um imenso e obscuro torpor.

Traduzem estas palavras os diferentes estados de espírito ou atitudes que caracterizaram a alma lusitana, no período de ditadura militar que transcorreu entre o fim da I República, pela força das armas, e o advento do Estado Novo Corporativo que haveria de mergulhar o país num fundo e tenebroso silêncio.

* À Senhora Prof. Doutora M. H. Rocha Pereira agradecemos todas as críticas e sugestões de que beneficiou este nosso estudo.

O movimento desencadeado, em Braga e Lisboa, respectivamente por Gomes da Costa e por Mendes Cabeçadas, embora se apoiasse num programa político e ideológico não muito claro e nada homogéneo¹, contou de início com a adesão de grande parte da população e da generalidade dos directórios dos partidos políticos. Ainda que com objectivos muitas vezes opostos e contraditórios, comungavam todos de um mesmo anseio de pôr cobro à agitação social que grassava no país, de acabar com a instabilidade parlamentar e governativa e, sobretudo, com o poder corrupto e quase absoluto do Partido Democrático. De essencialmente comum, como se vê, para além de uma vontade geral, mas muito vaga e difusa, de regenerar o sistema constitucional republicano, pouco ou nada havia².

Mal passou a breve euforia revolucionária conglutinadora e mal se começaram a definir e a clarificar as posições no xadrez político-militar, logo se reacenderam, nesta tão grande panóplia de interesses e de projectos, inconciliáveis e profundas questões ideológicas, mormente as que à natureza do regime, do sistema partidário e das relações entre o Estado e a Igreja diziam respeito³. Assim, as forças republicanas mais liberais, como a esquerda democrática e os seareiros, cedo entraram em rota de colisão com o movimento revolucionário que, a 17 de Junho de

¹ Em entrevista ao *Diário de Lisboa*, o General Gomes da Costa, questionado sobre o carácter do movimento, considerou-o, de forma muito vaga, “exclusivamente militar, nem conservador, nem radical (...) de ressurgimento nacional”, que tinha como principal objectivo “moralizar a administração pública”. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal. Vol. III: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias* (Lisboa¹³1998) 278.

² Vide Fernando Rosas, *História de Portugal* (dir. José Mattoso). VII: *O Estado Novo* (Lisboa 1994) 151 sqq. Para o autor, com rigor, “o fim da ‘ditadura’ do Partido Democrático era a única coisa que realmente unia a vasta fronda social e política que apoiava a intervenção militar” (151). Tal facto, por si só, foi suficiente para que a revolta militar, apesar de assente num ‘programa mínimo’ e muito vago, contasse, de início, com o ‘apoio máximo’ (em muitos casos equívoco) da massa anódina da população, descontente com o *status quo* e, por isso, desejosa de uma nova ordem política republicana, “cujo conteúdo ninguém se apressava a explicitar” (154).

³ Sobre estas questões que provocaram clivagens e o confronto de tendências e de projectos, de cuja conciliação resultou a formação do Estado Novo assente na plataforma constitucional de 1933, vide Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo* (Lisboa 1986) 75-100; idem, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa 1988) 38-40.

1926, com a deposição de Mendes Cabeçadas por Gomes da Costa, rompeu em definitivo com o partidarismo e o parlamentarismo, começando a deslizar irremediavelmente para um regime de tendências totalitárias⁴. É certo que alguns deles, nomeadamente António Sérgio, haviam defendido, nos conturbados meses finais da República, uma ‘Ditadura de Reforma’, transitória e sensata, não em benefício de uma pessoa ou de uma classe, mas da Nação, que preparasse o advento de uma nova e verdadeira Democracia⁵, esse “imperativo de consciência, tão perdurável como a consciência humana”⁶. Acontece, porém, que a ditadura, à medida que, por entre convulsões e golpes palacianos, ia definindo o seu rumo, começava a negar, progressivamente, o maior bem de um ser espiritual que é a liberdade⁷. Ora, como no pensamento de Sérgio, a autoridade absoluta “só se justifica, quando é um meio para a

⁴ Mendes Cabeçadas, com ligações à direita republicana, nomeadamente à União Liberal Republicana de Cunha Leal, personificava a ala militar que advogava uma reforma do regime dentro da legalidade constitucional. O seu afastamento por Gomes da Costa, adepto da ruptura com o sistema vigente, marca o início da viragem para uma ditadura militar totalitária e nacionalista. Cf. Manuel Braga da Cruz (Lisboa 1986) 76, 81-82; e Fernando Rosas, *História de Portugal VII* (Lisboa 1994) 158-162.

⁵ Cf. António Sérgio, “Sobre o julgamento do 18 de Abril”, *Seara Nova* 57 (24. 10. 1925) 168; idem, *Antologia Sociológica. 10.º caderno* (Lisboa 1957) 14. Dois anos antes, Sérgio tivera já um aceno de simpatia pela ditadura instaurada em Espanha por Primo de Rivera, considerando-a uma “experiência política interessantíssima”, pelo simples facto de ter posto cobro ao “procedimento dos partidos [que] era ali a consagração de uma estrutura social parasitária e imoralíssima”. Não obstante a idêntica situação de crise que se vivia no nosso país, fica claro que, nessa altura, só mesmo em última instância, o nosso autor apoiaria uma ditadura de cariz similar, uma vez que alimentava ainda a esperança de que os políticos portugueses tivessem “sabedoria bastante para entrarem eles próprios no movimento reformador, [podendo] todos sair da crise sem ditaduras, nem golpes de Estado, nem militarismos, nem revoluções”. Vide António Sérgio, “O caso de Espanha”, *Seara Nova* 26 (1923) 64.

⁶ *Ensaio VII* (Lisboa 1974) 179-180. As citações dos livros de *Ensaio* de António Sérgio serão feitas a partir da colecção *Obras Completas*, publicada pelas edições ‘Sá da Costa’.

⁷ *Ensaio VII*, 171; e *Antologia Sociológica. 10.º caderno*, 17-18. Para Sérgio (“Idealismo e realismo: *morale d’abord e politique d’abord*”, *Seara Nova* 163 (30.5.1929) 298), a liberdade é um “ideal moral” e a “a garantia de liberdade (...) um ideal político”.

liberdade”⁸, a sua passagem e a de todas as forças demo-liberais à oposição era inevitável.

Se com o afastamento de Cabeçadas o movimento militar definiu o seu rumo político, com o fim do curto consulado de Gomes da Costa, a 9 de Julho de 1926, começou a estabilizar e a consolidar o seu poder ditatorial em torno da figura do general Carmona. Ficava claro, escassas semanas depois do pronunciamento de Braga, que o que, inicialmente, parecia conter em si uma luminosa esperança, afinal, para muitos, sobretudo para os que se situavam à esquerda do espectro político, não passara – e pedimos vénia para citar Pessoa – de “um brilho sem luz e sem arder / como o que o fogo-fátuo encerra”⁹. Nem mesmo as ilusórias tentativas de uma política mais conciliatória dos governos de Vicente de Freitas ou de Ivens Ferraz (1928-1930)¹⁰ conseguiram restituir a esperança a uma oposição que via reduzir-se cada vez mais o seu espaço de intervenção política e serem-lhe cerceadas as liberdades fundamentais. Paulatinamente, a direita ganhava terreno em todos os sectores da sociedade, permitindo a lenta mas segura ascensão política de Oliveira Salazar que, a partir de 1930, como ministro de Domingos Oliveira, começa a traçar as linhas mestras de um novo projecto constitucional e a delinear os fundamentos teóricos do Estado Novo.

Restava à oposição, durante estes anos de conturbada ditadura militar, a resistência conspirativa, feita em grande parte a partir do estrangeiro por exilados políticos, ou a revolta pela força das armas. Viveu, assim, o país, entre 1927 e 1931, uma “guerra civil larvar”, com várias mas sempre falhadas intentonas reviralhistas¹¹. Foi na sequência de

⁸ *Ensaio VII*, 171. Cf. ainda, “Diálogos de Doutrina Democrática”, *Democracia* (Lisboa 1974) 22-23. Este volume das edições Sá da Costa, para além dos ‘Diálogos de Doutrina Democrática’, insere ainda os textos ‘Democracia’, ‘Alocução aos Socialistas’ e ‘Cartas do Terceiro Homem’. Para simplificar as citações, designá-lo-emos apenas pelo seu título genérico *Democracia*.

⁹ “Nevoeiro”, *Mensagem* (Lisboa 1995) 106.

¹⁰ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal III* (Lisboa 1998) 383-384.

¹¹ Vide Fernando Rosas, *História de Portugal VII* (Lisboa 1994) 206 sqq. Cinco foram os movimentos ‘reviralhistas’ falhados, que se sucederam ao longo destes quatro anos e meio, de 3 de Fevereiro de 1927 a 27 de Agosto de 1931, tendo como cenários principais Porto, Lisboa e a ilha da Madeira. De acordo com A. H. de

uma destas revoltas – a primeira e mais importante, que eclodiu no Porto a 3 de Fevereiro de 1927¹² – que vários resistentes no exílio decidiram fundar a *Liga de Defesa da República*, mais conhecida por *Liga de Paris*¹³. Esta organização cívica e suprapartidária, não obstante algumas divergências de índole ideológica no seu seio, passou a ser, desde então até 1932, um dos principais bastiões de oposição ao regime ditatorial, constituindo-se, no dizer de António Sérgio, na “melhor esperança das consciências cívicas da Nação”¹⁴.

2. António Sérgio: um rosto da oposição no exílio

Compelido ao exílio, em consequência do seu envolvimento activo numa campanha contra um empréstimo que a ditadura intentara obter junto das praças financeiras de Londres¹⁵, o autor dos *Ensaio*s, já depois de “moer o [seu] pão com ventos e águas de terra alheia”¹⁶, primeiro em

Oliveira Marques (*História de Portugal III* (Lisboa 1998) 381), “o resultado prático de todas estas revoltas e conspirações verificou-se no desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos repressivos”, com o endurecimento da censura, perseguições policiais e detenções dos opositores.

¹² Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal VII* (Lisboa 1994) 214-218. Esta revolta estava prevista para eclodir simultaneamente no Porto e em Lisboa. No entanto, só a 7 de Fevereiro estala a rebelião na capital, a que o nosso autor chama ‘revolta do remorso’, porque desencadeada “quase só em nome de uma solidariedade desesperada para com os isolados combatentes do Porto” (216). Sobre a revolta de Lisboa, vide o estudo de Filomena Bandeira, “A oposição externa à ditadura: a revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa”, *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia (1926-1959). Vol. II* (Lisboa 1987) 29-46.

¹³ A ideia de fundar a Liga surgiu na Galiza, “entre os emigrados que ali se encontravam, que dela lançaram então as suas bases. Em Paris apenas se concentraram os elementos que souberam dar expressão à Liga já organizada, redigindo o seu programa, que afinal não era mais do que a explanação minuciosa das bases organizadas na Galiza”. Cf. acta n.º 2 da Liga, reproduzida em A. H. Oliveira Marques (dir.), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A questão do empréstimo externo* (Lisboa 1976) 13. A partir de agora, este livro será citado, de forma abreviada, apenas como *A Liga de Paris*.

¹⁴ Palavras escritas numa “Carta aberta aos oficiais portugueses que ainda admitem a ditadura”, posta a circular no 2.º semestre de 1927 e publicada em *A Liga de Paris*, 147.

¹⁵ A declaração contra o empréstimo, assinada por António Sérgio em representação do grupo *Seara Nova*, foi entregue a 12 (?) de Janeiro de 1927 na Embaixada da Grã-Bretanha e nas Legações da França e dos Estados Unidos. Cf. *A Liga de Paris*, 48-49, 86-89; e *Democracia*, 4-5.

¹⁶ *A Liga de Paris*, 147.

Espanha, depois em França, acaba por aderir à *Liga*, integrando, como vogal, a sua Junta Directiva, a partir de 17 de Junho de 1927. No seio desta organização, torna-se numa das faces mais visíveis da oposição no exílio, ao protagonizar grande parte da sua acção política que entendia como “um simples instrumento de acção pedagógica (...) – sólido esteio, fundamento último, de todas as reformas da sociedade”¹⁷.

Uma dessas reformas em que muito se empenhou, fulcro de muitas outras, foi a da mentalidade¹⁸. Através de ensaios críticos e polémicos que vai publicando, sobretudo, na revista *Seara Nova*, ou de escritos panfletários que faz circular entre amigos e correligionários, Sérgio vai cumprindo a máxima Proudhoniana – “democracia é demopedia”¹⁹ –, educando e consciencializando, pela Razão e pela clara Ideia, as pedras-vivas da Grei para uma verdadeira Democracia, de maior justiça e com a liberdade como bem supremo²⁰, onde se governasse, inteligentemente, pela persuasão²¹.

A interiorização dos “princípios luminosos da Democracia” – que por si só excluem a aceitação da “política da Força, da tirania, do arbítrio, do ódio e do crime” – exige um permanente e renovado apostolado pedagógico e crítico²². Por isso, em 1930, após pouco mais de três anos de exílio em Paris, Sérgio, animado talvez com a possibilidade de o fim

¹⁷ *A Liga de Paris*, 146-7.

¹⁸ *Seara Nova* 57 (1925) 168. Como afirma Vasco Magalhães-Vilhena (*António Sérgio e a filosofia* (Lisboa 1960) 29), “é pela reforma da mentalidade que a filosofia sergiana visa a integrar-se na realidade social portuguesa”.

¹⁹ António Sérgio, “Cartas leves sobre temas graves: aos jovens ‘Seareiros’ de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão”, *Seara Nova* 87 (13.5.1926) 292-293; *Ensaio VII*, 239; e *A Liga de Paris*, 73.

²⁰ Cf. *Seara Nova* 57 (24. 10. 1925) 168; *Democracia*, 21; *Ensaio VII*, 171; e *Antologia Sociológica. 10.º caderno*, 18.

²¹ Vide António Sérgio, “Uma lição de inteligência”, *Seara Nova* 98 (1927) 22. Neste artigo, escrito em plena ditadura militar, o autor afirma que “a crise portuguesa não é uma crise de autoridade (...) é uma crise de inteligência”. De facto, na sua opinião, “Portugal só começará a regenerar-se, quando haja homens, em número suficiente, decididos a *compreender* e a *compreender-se*”.

²² Vide “O 1.º manifesto da Liga”, em *A Liga de Paris*, 75. À política da Força opõe o redactor deste manifesto (muito provavelmente António Sérgio, se atentarmos na linguagem utilizada) a “política do Espírito, que é a política da liberdade, da fraternidade e da lei”. Cf. ainda *Ensaio VII*, 218-219.

da ditadura de Primo de Rivera, em Espanha, a 28 de Janeiro de 1930, poder abrir brechas no regime ditatorial português, decide escrever uma *Antígona*, estruturada em três actos.

Com a recriação da tragédia de Sófocles, manifestava Sérgio mais uma vez o seu apreço pelos gregos. Na sua opinião, pelo “jorro do Espírito”, eram eles, “infinitamente superiores aos latinos”, os únicos dignos de serem chamados mestres, porque só deles “recebemos lições que nos [fazem] subir – libertar, humanizar, espiritualizar, voar”²³. É dentro deste espírito libertador que Sérgio acaba por recuperar um “assunto na aparência antigo, mas na realidade moderníssimo”²⁴.

3. *Antígona*: estudo social e manifesto de propaganda

O texto, rabiscado em cerca de quinze dias, como “mero desabafo e entretenimento de fantasia”, foi trazido de Paris por um familiar de Afonso Costa e entregue aos cuidados de Sant’Anna Dionísio que se encarregou de todo o processo de revisão, de publicação e de distribuição²⁵. Depois de sair do prelo, em finais de 1930²⁶, a ‘obrita’ ou

²³ “O clássico na educação e o problema do Latim”, *Ensaaios II* (Lisboa 1972) 121. Nesta polémica conferência proferida em Lisboa, “no Salão da União Intelectual Portuguesa, numa sessão tumultuosa de muito berreiro integralista, no mês de Maio de 1926”, Sérgio critica o “latim de latinório” com sabor a rolha e os “latinófilos” que nada sabem da língua do Lácio por oposição ao latim dos latinistas, exaltando *pari passu* a “superioridade mental” dos Gregos que considerava os “verdadeiros clássicos”. Deste texto, publicou António Sérgio, com o mesmo título, um excerto na *Seara Nova* 146 (1929) 19-21. Acerca dos objectivos desta conferência e dos ecos que teve na época, veja-se Guilherme Braga da Cruz, “Relação do Latim com o Direito”, *Colóquio sobre o Ensino do Latim. Actas* (Coimbra 1973) 232-235.

²⁴ Considerações tecidas pelo próprio António Sérgio, em carta enviada do exílio parisiense ao seu amigo Joaquim de Carvalho. Nesta missiva datada de 22 de Julho de 1930, revela ainda que procurava editor para a sua *Antígona* e que, com esse objectivo, escrevera já à *Seara Nova* e à *Renascença*. Vide Fernando Catroga e Aurélio Veloso, “António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)”, *Revista da História das Ideias* 5 (1983) 977.

²⁵ Sobre este assunto vide Sant’Anna Dionísio, “Uma obra de teatro clandestina e pouco conhecida de António Sérgio”, *Primeiro de Janeiro* (30. 4. 1975) 10; idem, “Mais algumas cartas de António Sérgio”, *Primeiro de Janeiro* (2. 7. 1975) 10. Nestes dois artigos, Dionísio transcreve várias cartas que Sérgio lhe dirigiu do exílio, que permitem reconstituir o complicado processo de publicação de *Antígona*.

²⁶ Para as citações que faremos desta obra, seguimos a edição única da ‘República’: António Sérgio, *Antígona. Drama em três actos* (Porto 1930).

‘folheto’, como muitas vezes lhe chamou o autor, foi posta a circular clandestinamente em inícios de 1931, sendo, desde logo, objecto de contestação por parte do jornal *Acção*, órgão dos estudantes nacionalistas de Coimbra. Em artigos publicados nos números 8 e 9 deste periódico e assinados, respectivamente, por Joaquim Mendonça e Miranda Rocha, Sérgio foi acusado de ter parafraseado e de até, por vezes, ter traduzido, mais ou menos livremente, a *Antígona* de Jean Cocteau, da qual se afastou apenas “para dar largas à sua paixão de político”, transformando, assim, a obra num “repositório de ódios partidários”, “de tal inferioridade que não [conseguiu] atingir ao menos a categoria de um regular panfleto”²⁷. Para sustentarem esta sua denúncia de ‘fraude literária’, os articulistas apresentaram, em colunas com sublinhados que procuravam destacar as semelhanças, um cotejo entre excertos da peça francesa e passos correspondentes das cenas II e VIII do Acto I, bem como das cenas III, IV, V e VI do Acto II do texto de Sérgio.

Lembremos que a *Antígona* de Cocteau, representada a 20 de Dezembro de 1922, no *Théâtre de l’Atelier*, com *décors* de Picasso, música de cena de A. Honegger e guarda-roupa de G. Chanel, passou a constituir, desde então, uma obra de referência na dramaturgia francesa, pela forma singela, ousada e pouco canónica como rejuvenesceu uma tragédia antiga, acabando por ser reposta em 1927 e publicada um ano depois, quando Sérgio se encontrava já exilado em Paris. Não é difícil, por isso, admitir que esta peça fosse do seu conhecimento, nem que a tivesse tido em consideração, quando recriou o mito sofocliano, como provam alguns dos exemplos – não todos – transcritos no jornal *Acção*. Mas estas semelhanças muito pontuais, sobretudo ao nível da linguagem, por si só, não constituem prova de plágio, até porque retiradas de cenas que são também comuns às do arquétipo sofocliano²⁸. Podemos, por isso,

²⁷ Vide Joaquim Mendonça, “Fraude literária”, *Acção* 8 (5.3.1931) 2; e Miranda Rocha, “Fraude literária: o ídolo tomba...amparai-o na queda”, *Acção* 9 (20.3.1931) 3-4.

²⁸ Excluídas as seis cenas supra referidas, onde, ainda assim, é possível vislumbrar a presença de Sérgio, podemos concluir que as restantes cenas dos actos I e II, bem como todo o terceiro acto podem ser considerados quase exclusivamente sergianos.

afirmar que ambos, Cocteau e Sérgio, sobrevoaram o mito grego, mas com objectivos e em direcções diferentes²⁹. Conforme demonstrou Maria do Céu Fialho, o escritor francês, na linha de um processo de construção de uma nova estética dramática – a “estética do mínimo” –, que visava diminuir a importância excessiva que se conferia à componente verbal em prejuízo das vertentes visual e auditiva do espectáculo, condensou o texto sofocliano, sem introduzir desvios ou cortes no decurso da sua acção, e depurou-o de ornamentos e de excursos, fazendo apenas duas escassas referências a questões da sua época³⁰. Ao invés, o autor dos *Ensaio*s, na sua recriação da *Antígona* de Sófocles, conservou desta apenas o essencial, que serviu de pretexto, como veremos, para introduzir sucessivas e inovadoras inflexões na sequência dramática primitiva e para fazer ainda, à luz do seu pensamento, sistemáticas incursões, mais ou menos veladas, pela política do seu tempo.

Razões estas mais do que suficientes para que Sérgio, informado do artigo do jornal *Acção* por Câmara Reis³¹, reagisse de imediato, com indignação. Em texto não assinado e publicado na *Seara Nova*, o nosso polemista, depois de ironicamente se regozijar com a publicidade que “os mocinhos de Coimbra” haviam feito à sua obra³², contesta, nestes termos, as acusações que por eles lhe foram dirigidas:

Os passos tomados de Sófocles – e não de Cocteau – na primeira cena, passos que todos os autores de “Antígonas”, em todas as línguas, têm

²⁹ É com esta imagem do planar sobre o mito que Cocteau, no início da sua *Antígona*, justifica a forma simples e linear como recriou ou, nas suas palavras, traduziu a tragédia sofocliana. Cf. Jean Cocteau, *Théâtre I* (Paris 1948) 9.

³⁰ Maria do Céu Fialho, “A *Antígona* de Jean Cocteau”, *Biblos* 67 (1991) 125-152. Sobre este assunto, veja-se ainda Simone Fraisse, *Le mythe d’Antigone* (Paris 1974) 115-118.

³¹ Informação colhida numa carta de Sérgio a Joaquim de Carvalho, datada de 21 de Março de 1931. Cf. Fernando Catroga e Aurélio Veloso, *Revista de História das Ideias* 5 (1983) 990.

³² Igual regozijo irónico manifesta o autor, na carta citada na nota anterior, e numa outra dirigida a Sant’Anna Dionísio, datada de 18 de Março de 1931, onde recomendava que se “remettessem para Coimbra exemplares e, se possível, com uma cinta em que se dissesse, por exemplo, o seguinte: *parece que os inimigos do autor têm toda a razão em dizer que este livro é um plágio imenso, audaciosíssimo, fenomenal, e obra abaixo de zero como concepção e estilo. Em todo o caso, é melhor ler, para verificar*”. Vide Sant’Anna Dionísio, *Primeiro de Janeiro* (2. 7. 1975) 10.

*tomado, são absolutamente necessários; é forçoso tomá-los para se fazer uma “Antígona”: porque são aqueles que fazem conhecer ao espectador o nó e o ponto de partida de toda a acção*³³.

Excluída, assim, esta sempre necessária δέσις (o termo aristotélico para ‘nó’, ‘ponto de partida’³⁴) para o conhecimento do édito de Creonte e da decisão obstinada de Antígona, a obra de Sérgio, embora conserve o original sofocliano como modelo, como dissemos já, acaba por dele se afastar irremediavelmente, ao adquirir uma alma própria, muito portuguesa que faz com que a acção desemboque numa λύσις³⁵ totalmente nova – uma λύσις, como veremos, de luminosa esperança. De facto, como diz o autor ainda no artigo dirigido aos jovens integralistas da *Acção*, esta sua *Antígona* só podia ter sido escrita por um português e naquele preciso momento da história portuguesa. Isto porque, no seu horizonte, não estivera tanto a construção de uma obra de literatura dramática para ser representada³⁶, como acontecera com muitas outras *Antígonas* da literatura ocidental, entre as quais a de Cocteau, mas mais a elaboração de um estudo da situação sócio-política do Portugal dos anos vinte, utilizando para tal a forma dialogada³⁷.

³³ “A *Antígona* de António Sérgio e os mocinhos da *Acção* de Coimbra”, *Seara Nova* 243 (19.3.1931) 46. Refira-se que Sérgio apenas respondeu ao primeiro dos ataques dos “mocinhos de Coimbra”, uma vez que a revista *Seara Nova* saiu no dia anterior àquele em que Miranda Rocha reiterou a acusação de plágio, num segundo artigo publicado na *Acção* (cf. *supra*, nota 26), a refutar os argumentos de um violento texto em defesa de Sérgio, inserido no jornal *Mundo Novo*.

³⁴ Aristóteles (*Po.* 1455b 26-28) define δέσις nestes termos: λέγω δὲ δέσιν μὲν εἶναι τὴν ἀπ’ ἀρχῆς μέχρι τούτου τοῦ μέρους ὃ ἔσχατόν ἐστιν ἐξ οὗ μεταβαίνει εἰς εὐτυχίαν ἢ εἰς ἀτυχίαν (*chamo ‘nó’ à acção que se desenrola desde o começo até àquele ponto culminante, onde se verifica a mudança para a felicidade ou para a infelicidade*).

³⁵ Intimamente ligada à anterior, aparece a definição aristotélica de λύσις (*Po.* 1455b 28-29): [λέγω δὲ] λύσιν δὲ τὴν ἀπὸ τῆς ἀρχῆς τῆς μεταβάσεως μέχρι τέλους (*[chamo] ‘desenlace’ ao que vai desde o começo da mudança até ao fim*).

³⁶ Não obstante ter declarado que a sua obra não tinha como objectivo a representação (cf. *Seara Nova*, 243 (19.3.1931) 46), o autor disseminou indicações cénicas por todo o texto, sendo algumas delas algo extensas e pormenorizadas.

³⁷ Cf. *Seara Nova* 243 (19.3.1931) 46; e *supra*, a epígrafe que serviu de mote a este nosso estudo. Na opinião do autor, foi o facto de ter partido do tema de *Antígona* para fazer um estudo da situação sócio-política do seu tempo que enfureceu os da *Acção*, o que não teria acontecido, na hipótese (não confirmada) de apenas se ter

Este processo de exposição, já usado em alguns dos seus ensaios, embora decalque, como é óbvio, o modelo dialógico sofocliano, também se pode inscrever na linha dos diálogos de Platão ou dos dramas e diálogos filosóficos de Renan³⁸. Atendendo ao seu carácter simples e directo na apresentação das diferentes faces de um problema, a forma dialogal acaba por ter um inquestionável alcance pedagógico. Efectivamente, ao permitir, pelo confronto de ideias entre dois ou mais interlocutores, uma mais clara explanação e análise dos princípios e valores advogados pelo autor, sem nunca os afirmar nitidamente, o diálogo podia contribuir para mais facilmente espicaçar, qual moscardo, a consciência crítica e cívica do leitor (não espectador) para uma adesão mais decidida e convicta à causa defendida³⁹.

Também nesta qualidade de leitores críticos, vamos recuar a finais dos anos vinte, para melhor perscrutarmos o que ocultou Sérgio por detrás da máscara do mito sofocliano, na construção da sua *Antígona* que define também como ‘manifesto de propaganda’ ou ‘manifesto-drama’⁴⁰.

“inspirado em Cocteau – quasi que simples tradutor de Sófocles” (*Seara Nova* 243 (19.3.1931) 46).

³⁸ De acordo com o nosso autor (*Seara Nova* 243 (19.3.1931) 46), foi a Renan e não a Cocteau que um crítico francês comparou a sua *Antígona*, “não só no género, mas também na qualidade”.

Para Ernest Renan, o diálogo, atendendo às suas características, adequa-se à exposição das ideias filosóficas, porque é “un mode d’exposition où rien ne s’affirme, où tout s’induit, se fond, s’oppose, se nuance” (“Préface”: *Drames Philosophiques* (Paris 1888) III). Deste autor, veja-se ainda *Dialogues et Fragments Philosophiques* (Paris 4 1895), onde são tecidas, também no prefácio, considerações sobre a importância do uso do diálogo na filosofia.

³⁹ Vide António Sérgio, *Ensaio V* (Lisboa 1973) 123. Na opinião de Sérgio Campos Matos (“Os diálogos de Doutrina Democrática”, *Revista de História das Ideias* 5 (1983) 539), o diálogo, usado já noutros ensaios de Sérgio, adequa-se, “de forma particularmente feliz, ao método pedagógico de Sócrates – a maiêutica – que tinha como objectivo fazer despertar nos espíritos a verdade que contêm em si”. Sobre este assunto veja-se ainda Vasco Magalhães-Vilhena, “Em torno da génese do idealismo filosófico de António Sérgio”, *Homenagem a António Sérgio* (Lisboa 1976) 127-128.

⁴⁰ Estas duas expressões, com que Sérgio define a sua obra, aparecem na já referida missiva que enviou de Paris a Joaquim de Carvalho (cf. *Revista de História das Ideias* 5 (1983) 990; e *supra*, nota 31)

Dividir-se-á a nossa análise em duas partes, delimitadas de acordo com a distinção que Aristóteles estabelece entre δέσις e λύσις⁴¹.

3.1. ΔΕΣΙΣ

3.1.1. Do conflito, dos princípios e dos intérpretes

Oferecia a peça sofocliana toda uma retórica de empenhado protesto e de liberdade, que tinha origem no conflito instaurado entre Antígona e Creonte, na sequência de um édito que proibia a inumação de Polinices que se digladiara com Etéocles, numa luta fratricida⁴². Aproveitando esta parte essencial (o mínimo indispensável, como refere o autor) da δέσις da peça grega, Sérgio, num apelo implícito ao sonho, à evasão, ao devaneio, tenta arrastar o leitor da sua reclusão em si mesmo, procurando que, num constante jogo de máscaras e de implícitos, melhor aprecie a sua ventura actual, “pela imagem dos grandes males de outrora”⁴³.

Ostentando a máscara de Carmona, Creonte representa o que Sérgio, pela boca do Primeiro Oficial, define como arbitraria política da Força – a força que manda, que é santa, que é lei (p. 36). Tal como qualquer tirano, como refere Critóbulo na sua longa tirada, consegue

⁴¹ Cf. *supra*, notas 34 e 35.

⁴² Igual aproveitamento da vertente política é feito também, anos mais tarde, por António Pedro, na sua *Antígona*, conforme procurámos demonstrar no nosso artigo “A *Antígona* de António Pedro: liberdades de uma glosa”, *III Colóquio Clássico – Actas* (Aveiro 1999) 265-284, *maxime* 272-276. Para a recepção do mito de Antígona na nossa literatura, veja-se ainda Maria de Fátima Silva, “Duas versões do tema de Antígona no teatro português contemporâneo: *Antígona* de Júlio Dantas e *Perdição* de Hélia Correia”, *Humanitas* 50 (1988) 963-1000; e Carmen Soares, “O exílio afectivo de Antígona na *Perdição* de Hélia Correia”, *Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa. Actas do I Congresso da APEC* (Coimbra 1999) 359-374. Para o seu tratamento em outras literaturas, veja-se Simone Fraisse, *Le mythe d’Antigone* (Paris 1974); e George Steiner, *Antígonas* (trad. port.: Lisboa 1995).

⁴³ António Sérgio, *Pátio das Comédias, das Palestras e das Pregações. Jornada Sexta* (Lisboa 1958) 7-8. Num ano de grande expectativa quanto a uma possível mudança no rumo político do país, como foi o de 1958 — ano de eleições presidenciais em que se defrontaram Humberto Delgado e Américo Tomás —, o autor dos *Ensaio*s, nesta ‘Jornada Sexta’, regressa à peça escrita em 1930 e, reelaborando apenas as cenas I, II e III do Acto I, por forma a adequá-las à situação que então se vivia, apresenta delas uma exegese, no diálogo final entre o ‘Actor’ e o ‘Ouvinte’ (pp. 28-30).

assegurar e manter-se no poder à custa da neutralização de toda e qualquer oposição, pela perseguição, pelo crime e pela instauração de uma censura e de uma vigilância policial apertadas, expulsando, pouco a pouco, “do direito cívico – exilados, proscritos, caluniados, presos – os mais altos e claros cidadãos de Tebas” (p. 26).

Apoiando-se nos partidários da realeza e em membros do Colégio dos Sacerdotes (numa clara alusão aos monárquicos e a Salazar e seu núcleo de apoiantes do Centro Católico), orienta repetidamente o seu discurso e a sua acção em defesa da religião e da Ordem – a ‘ordem da espada’, como a define Antígona (p. 56) –, contra a impiedade dos senhores da desordem, os democratas e filósofos da liberdade, esses idealistas financiados pelo ouro estrangeiro. E para mais facilmente impor essa ordem, preconiza um governo forte e seguro, sustentado pela ‘união perfeita’⁴⁴ e centrado na figura de um chefe:

“O maior dos bens é um governo forte, que imponha a ordem a todo o transe e que não deixe falar os idealistas. Ora, a ordem da sociedade exige um chefe; exige (...) a obediência de todos ao arbítrio do chefe (...). Ora, a sociedade encarna no chefe; no caso presente, a sociedade sou eu. (p. 69)

Ao confundir caprichosamente a sociedade e a lei que a regula com a sua vontade individual e subjectiva⁴⁵, Creonte é, no dizer de Antígona, um cego que não vê a luz (p. 57). Precisamente aquela luz que a heroína, logo a abrir a cena III do acto I, invocava em seu auxílio para que a orientasse e lhe incutisse coragem, dissipando o receio, “as quimeras e o medo à morte na pura embriaguez do [seu] fulgor” (p. 21).

⁴⁴ António Sérgio, *Antígona*, 35. Registe-se a referência implícita ou à efêmera União Nacional Republicana, criada em finais de Setembro de 1927 e extinta em Fevereiro de 1928 — a primeira força congregadora das correntes afectas à ditadura, que viria a apoiar a eleição de Carmona —, ou à União Nacional, que atravessará todo o Estado Novo como partido único situacionista, formada em meados de 1930, altura em que Sérgio terá ‘rabiscado’ a sua tragédia.

⁴⁵ Cf. António Sérgio, *Antígona*, pp. 37, 52-54. Quando, nestes passos, se refere a leis, decretos ou ordens, Creonte põe-lhes o possessivo na primeira pessoa, o que leva Antígona a considerá-los um ‘capricho’ de tirano.

Guiada por esta “luz da inteligência clara” e livre (pp. 21-22), a filha de Édipo, sem qualquer ‘instintivo respeito’ ou ‘temor aflitivo’⁴⁶, afirma a sua fê incomensurável, não na ordem que, como a de Creonte, só vem da espada, mas na “ordem que vem da alma, (...) da justiça, do respeito mútuo, do trabalho magnânimo para bem do povo”, procedendo na vida “como se as ideias mais claras do [seu] espírito representassem a ordem essencial do mundo” (p. 56).

Ao elevar-se do plano biológico ao plano do espírito, ela interpreta, no pensamento de Sérgio que decalca o de Kant, não a *vontade individual* de uma classe ou de uma pessoa particular, como Creonte, mas a *vontade geral* que, ao libertar-se, “pela consciência intelectual, da mera subjectividade da consciência sensível”, se identifica com uma atitude de pensar objectiva, racional, geral que se institui em lei universal⁴⁷.

Kantista e Sergiana, e em certo sentido também cristã, porque assenta a sua actuação no ideal cristão dos evangelhos⁴⁸, esta Antígona, face a uma Ordem baseada na mentira, encarna “a verdade de um rosto que não usa máscara; é a lógica rectilínea de uma consciência límpida” que representa todos os que “seguem uma estrada racional e clara”

⁴⁶ É com estas palavras que o Libertário dos “Diálogos de Doutrina Democrática” (*Democracia*, 24) define a atitude, desprendida e crítica, que uma “alma livre” deve ter perante um governante, seja ele liberal ou não. *Vide* ainda *Ensaios VII*, 180.

⁴⁷ Cf. *Democracia*, 88-89. O autor aborda este mesmo assunto nos artigos “Política democrática”, *Diário Liberal* 414 (3.1.1934) 1, 4; “Democracia crítica”, *Diário Liberal* 423 (12.1.1934) 1, 4; e em *Pátio das Comédias, das Palestras e das Pregações. Jornada Primeira* (Lisboa 1958) 9-14.

Irredutível à percepção sensível, a Razão — irmã do Amor e da Justiça, no dizer de Antero — é a base e raiz de tudo, de acordo com o pensamento filosófico de Sérgio. Sobre este assunto, veja-se Vasco Magalhães-Vilhena, *António Sérgio e a Filosofia* (Lisboa 1960) 10; idem, “Em torno da génese do idealismo filosófico de António Sérgio”, *Homenagem a António Sérgio* (Lisboa 1976) 128-129.

⁴⁸ Esta definição, excluída a designação ‘sergiana’ da nossa responsabilidade, é posta na boca do ‘Ouvinte’ que contracena com o ‘Actor’ na ‘Jornada Sexta’ do *Pátio das Comédias* (Lisboa 1958) 28 (cf. *supra*, nota 43). Nesta recriação, Antígona pode ser considerada ‘cristã’, porque, no pensamento de Sérgio (*Democracia*, 7, 10, 75 81, 82, 329), o ideal democrático por ela defendido, sendo homogéneo com o do cristianismo, “é a tradução política do Evangelho” e “tem o carácter de uma religião”. Sobre este assunto, veja-se ainda *Ensaios VII*, 169-171, 180; *Antologia Sociológica. 10.º caderno*, 16-18; e Sérgio Campos Matos, *Revista de História das Ideias* 5 (1983) 548-550.

(p. 27)⁴⁹ da liberdade que tudo condiciona⁵⁰ e da democracia, esse bem supremo que “é eterno porque deriva da própria estrutura da consciência humana”⁵¹.

Assim, com Sérgio, podemos concluir que contra a razão absoluta de Estado que abomina, ela proclama não tanto “os direitos de piedade religiosa [e] do amor fraterno”, como a *Antígona* de Sófocles, mas mais “os direitos da livre consciência humana [e] da lei racional, a que se eleva o Espírito, eterna e imprescritível”⁵².

Em torno deste conflito central revivificado, vão-se posicionando as demais personagens. Algumas delas, embora com alterações decorrentes da mudança de sentido que Sérgio introduziu no tratamento do mito, conhecemo-las já da tragédia sofocliana. Outras foram criadas pelo autor, quase todas elas para que sublinhassem ainda melhor, pelo diálogo, o seu pensamento e o seu posicionamento face a acontecimentos que marcaram a vida política do nosso país, em finais da terceira década do século XX.

No primeiro destes dois grupos, onde se notam as significativas ausências do Coro e de Eurídice, incluem-se, algo reelaboradas (umas

⁴⁹ Palavras retiradas de uma longa intervenção de Critóbulo, na cena V do Acto I (pp. 23-28), em que este, ecoando o pensamento de Sérgio, denuncia todas as atrocidades cometidas pela ditadura e manifesta a sua simpatia pelos que “na trincheira adversa” lutam pela liberdade e pelo respeito pela dignidade da consciência humana que é, no entendimento de Sérgio, o princípio essencial da democracia (cf. *Ensaios VII*, 169 e 172; *Democracia*, 51-52; e *Antologia Sociológica. 10.º caderno*, 15).

⁵⁰ Cf. *Democracia*, 20-22, 329; e *Ensaios VII*, 171. Para Sérgio, a liberdade até a autoridade condiciona. De facto, invocando os ensinamentos do Evangelho de S. Lucas (4. 16-21; e 22. 24-29), que, em sua opinião, sustentam que libertar foi a verdadeira missão divina, o nosso autor, nesta linha de pensamento, preconiza que o poder, quando exercido, deve sê-lo sempre em prol dos outros, do seu interesse espiritual, logo, da sua liberdade. Daqui se pode inferir que esta concepção de autoridade como “meio para liberdade” — por si defendida, tal como por *Antígona*, caracterizada à luz das suas ideias — mergulha as suas raízes nos princípios da doutrina cristã. Cf. *supra*, nota 48.

⁵¹ *Ensaios VII*, 169. Cf. ainda *Ensaios III* (Lisboa 1972) 158; *Democracia*, 7-8 e 74; e *Antologia Sociológica. 10.º caderno*, 32.

⁵² *Pátio das Comédias. Jornada Sexta*, 28.

mais do que outras) quatro personagens⁵³. Isménia, dilacerada desde o início por uma angústia que lhe “aperta a alma com garras de ferro” (p. 20)⁵⁴, representa todos os que, não concordando com o arbítrio da ditadura, por medo se acomodam e se demitem do combate de ideias e do empenhamento cívico⁵⁵, muito embora, tal como a sua homónima de Sófocles, seja ainda capaz de um assomo de coragem, fazendo também sua a culpa da irmã (pp. 57-60). A Sentinela, desenhada com contornos semelhantes aos do Guarda sofoclíano, é pouco culta, egoísta, nada solidária, apenas se preocupando com a salvação da sua pele. Tirésias, anunciado desde o início pela música recorrente do flautista que o acompanhava (pp. 23, 45), é o mesmo adivinho prudente e sábio que já pisara os palcos gregos e que, por entre avisos premonitórios, aconselha Creonte a não perseguir os mortos, a não tiranizar os vivos e a governar com a liberdade (pp. 62-65). E, por último, o jovem Hémon. Embora manifestando filial respeito pelas decisões do pai, não compreende, nem aceita – interpretando, assim, o sentir da opinião comum – o arbítrio da deliberação de impedir a inumação de Polínicos. Tolerante e liberal – e, por isso, estimado pelos democratas –, é incumbido por Creonte, num momento difícil de contestação à ditadura, de negociar uma transição para a Democracia. Goradas, porém, as negociações, porque traído pelo próprio pai, monta o ‘corcel da sensatez’⁵⁶ e, por amor não só à sua

⁵³ Para a caracterização das figuras da *Antígona* sofoclíana, veja-se M. H. Rocha Pereira, *Sófocles. Antígona* (Coimbra 1998) 14-21.

⁵⁴ Este aspecto, sublinhado ora por afirmações explícitas de Isménia, ora por constantes dúvidas e interrogações que a atormentam (cf. cenas I e II do acto I), foi destacado pelo próprio António Sérgio, na sua já mencionada resposta ao jornal *Acção* de Coimbra (*Seara Nova* 243 (19.3.1931) 46): “nessa própria primeira scena, porém, imitada de Sófocles, poderiam ver os jovens da ‘Acção’ uma interessante originalidade: a descrição da angústia de Isménia, absolutamente de António Sérgio, e que já foi elogiada por um médico”.

⁵⁵ Cf. *Pátio das Comédias. Jornada Sexta*, 29.

⁵⁶ Imagem retirada da já citada ‘Carta Aberta aos oficiais que ainda admitem a ditadura’ (*A Liga de Paris*, 146). Neste texto, depois de comparar a política anterior ao 28 de Maio a um ‘asno trôpego’ e o regime ditatorial vigente a “um cavalo dos mais malucos” que dá coices e “que por pouco mata”, Sérgio não preconiza que se adopte, neste caso particular, a máxima popular que serviu de mote à vicentina *Farsa de Inês Pereira*: “mais quero asno que me leve que cavalo que me derrube”. No seu entender, o povo português deve livrar-se da indomável alimária, não para repor o

Antígona mas também por amor àquela liberdade que ela representava⁵⁷ e que, já há muito, estava latente no seu espírito, empreende, como veremos, uma revolução que acabará por ser magnânima para os apoiantes e defensores da ditadura.

No segundo grupo — o das personagens criadas por Sérgio —, para além das figuras menores de Creúsa (a ama e confidente, que, sofrendo desesperadamente com a sorte de Antígona, tenta até ao derradeiro instante que suspendam a decisão de a sepultarem viva), do velho andrajoso (que assume o papel de todo o povo faminto e empobrecido pelo peso dos impostos), do taciturno cidadão (símbolo de todos os opositores perseguidos, encarcerados e torturados) e ainda dos pastores (representantes da paz e quietude de uma vida rural alheada de toda a conturbação política da cidade), temos um conjunto alargado e significativo de soldados, de oficiais e de espíões.

Se, por um lado, este conjunto personifica, no seu todo, a força que ajudou a instaurar e a sustentar a ditadura, por outro, dada a heterogeneidade de pensamento dos que o constituem, permite ilustrar distintos posicionamentos, no seio do exército, face ao regime ditatorial de Creonte, que na tragédia sergiana representava o poder absoluto vigente em Portugal, desde Maio de 1926.

Assim, Ortágoras, secundado por outros oficiais e pelos espíões, representa a facção dos que apoiam incondicionalmente a ditadura e se opõem a qualquer transição ou abertura, ainda que, na parte final, depois de encarcerar Antígona, seja capaz de reconhecer que o regime despótico, que deveria ser apenas um “recurso transitório e rápido”⁵⁸, se prolongava

sistema asnático que se deseja enterrado para todo o sempre, mas sim para refazer e salvar a pátria, montando “o corcel robusto da Sensatez”.

⁵⁷ O ‘amor’ e a ‘liberdade’ são dois *topoi* associados de forma inovadora à figura de Hémon. O primeiro, embora apareça em Sófocles, nunca é declarado tão explicitamente como aqui. O segundo, totalmente novo, decorre da politização que Sérgio fez do mito.

⁵⁸ Traduz aqui Ortágoras o pensamento de Sérgio quanto à admissibilidade de uma ditadura apenas como regime transitório, que preparasse o advento de uma nova e verdadeira democracia. Cf. *Democracia*, 11, 27, 151; *Ensaio VII*, 174-175; e *supra*, nota 5.

já há tempo demais (p. 117), sem nunca, porém, ter conseguido amordaçar totalmente as bocas nem extirpar “essa antiga mania da liberdade [com] fundas raízes na alma humana” (p. 113)⁵⁹. Eutífron personifica os que, esperando um acaso salvador, deixam adormecer o remorso e a dúvida (p. 26), aceitando passiva e temerosamente a situação, embora com ela não concordem. Hegésias veste a pele dos que assumem a atitude acrítica de quem se limita a cumprir, sem questionar, as ordens dos superiores. Por fim, Critóbulo e Alcímaco⁶⁰ juntamente com alguns oficiais, representam o grupo dos que, sentindo vergonha pela “solidariedade forçada” que mantêm com o despotismo (p. 24), de cuja causa duvidam, querem o regresso à democracia, mas não ao modelo que vigorava antes da instauração da ditadura.

Justificada, inicialmente, por muitos como um mal necessário para um bem maior, a ditadura, porque negava a liberdade com uma apertada censura e se perpetuava no poder à custa de muitos crimes, já não correspondia aos anseios desta facção militar, nem da população em geral (pp. 64-65)⁶¹. Entre esse crimes, contam-se os que foram praticados após a guerra fratricida entre Etéocles e Polinices, que lembram os que, no nosso país, foram perpetrados na sequência da já referida revolta de Fevereiro de 1927.

Este acontecimento será por nós analisado de seguida, num conjunto de outras referências que Sérgio faz, de forma mais ou menos velada, à situação sócio-política portuguesa daquele tempo.

⁵⁹ Mais uma vez, à boca de Ortágoras aflora o pensamento de Sérgio, expresso também em *Democracia*, 329; e em *Ensaios VII*, 171. Cf. *supra*, nota 51.

⁶⁰ A fim de não quebrar a ilusão cénica, Sérgio escolheu para estes oficiais antropónimos gregos. Três deles adoptou-os, muito provavelmente, de Platão, um dos seus mestres, a par de Spinoza, de Descartes e de Kant: Ortágoras (*Prot.* 318c 5), Critóbulo (*Ap.* 33e 1, 38b 7; *Euthd.* 271b 3, 306d 5; *Phd.* 59b 7) e Eutífron (*Euthphr.* 2a 5, *passim*). Quanto aos outros dois, Alcímaco pode encontrar-se em Heródoto (6. 101) ou em Demóstenes (47.50, 47.78) e Hegésias, em Plutarco (*Alex.* 3.3; *Mor.* 497d 5, 844b 6).

⁶¹ No pensamento sensato de Tirésias, que é o de Sérgio (cf. *supra*, nota 56), condensa-se não só o sentimento da população em geral, a que também dá voz Hémon (p. 75), mas também o das várias facções do exército, interpretado ora por Alcímaco (pp. 98-99) ora por Ortágoras (p. 117).

3.1.2. Da actualidade sócio-política

3.1.2.1. O 3 de Fevereiro de 1927

Traduzindo o descontentamento de sectores militares liberais e da esquerda republicana, eclodiu no Porto a 3 de Fevereiro de 1927 um movimento revolucionário comandado pelo general Sousa Dias. Previsto para rebentar simultaneamente em vários pontos do país, os combatentes do Porto só puderam contar com a adesão dos revoltosos de Lisboa, a partir do dia 7, quando estavam já sitiados e prestes a render-se⁶². Dada a falta de sincronia na organização desta intentona reviralista, o governo ditatorial, não sem alguma dificuldade, conseguiu sufocá-la. A revindicta que então se seguiu, com caça ao homem e execuções sumárias⁶³, pode vislumbrar-se nas palavras de Isménia, quando esta enumera as muitas desgraças que haviam caído sobre a sua casa:

E vejo os soldados do tirano – aqui, aqui onde estamos agora, minha querida Antígona – a matarem os revoltosos já vencidos... já desarmados e vencidos... (p. 15)

3.1.2.2. O Tenentismo

Ainda a dar os primeiros passos, a ditadura ao desferir tão rude golpe na oposição, começava a consolidar-se e a ganhar raízes. No entanto, a cadeia de poder não estava ainda devidamente montada. Os militares que estavam no comando das operações e que detinham o poder executivo, por inabilidade e incompetência, não eram respeitados, acabando por obedecer, muitas vezes, a *soviets* de tenentes e de oficiais inferiores, onde efectivamente assentou o poder por algum tempo. A isso alude implicitamente o Segundo Oficial, quando afirma:

Quem manda aqui não é Creonte: somos nós. Creonte fará o que nós quisermos. Que remédio tem ele! (p. 31)

⁶² Cf. *supra*, nota 12.

⁶³ Sobre este assunto, vide Fernando Rosas, *História de Portugal VII* (Lisboa 1994) 218.

E mais não faz do que repetir o que afirmara já o autor dos *Ensaio*s, na *Carta aberta aos oficiais que ainda admitem a ditadura*⁶⁴:

Lavra no exército de que fazeis parte a mais repulsiva das anarquias; os quartéis da tropa estão convertidos em assembleias comiciais; os ministros tratam-se em pleno conselho pelos mais abjectos dos palavrões; os oficiais amantes da Ditadura tomam a pena dos panfletários e atacam os escândalos dos seus generais; os chefes que erguestes a governantes apanham bofetadas de um subalterno, que depois passeia triunfador.

No último período deste texto, refere-se Sérgio a um episódio algo caricato, mas revelador da desorganização e indisciplina que grassava no seio das forças armadas. No Verão de 1927, o tenente Morais Sarmiento, acompanhado dos capitães David Neto e Fernando Rodrigues, invadiu o palácio das Necessidades, insultando e até agredindo, impunemente, os ministros reunidos em Conselho⁶⁵. Na *Antígona* sergiana, este episódio surge ironicamente relatado nas palavras indignadas de Critóbulo:

Estamos a servir uma tirania asquerosa, uma farsa vilíssima. Tiranizar o povo para o roubar, e roubá-lo para o tiranizar: eis o que é. Creonte é um bobo... Outro dia, no palácio, foi agredido por um jovem da guarda; e o jovem – caso estupendo! – foi premiado: subiu de posto!
(p. 25)

3.1.2.3. Apolodoro / Sinel de Cordes

Um desses ministros que, muito provavelmente, se encontrava reunido em Conselho era Sinel de Cordes, responsável por uma desastrosa política financeira que arrastou o país para uma grave crise económica.

Na *Antígona* sergiana, ainda que não intervenha, oculta-se atrás da máscara de um tal Apolodoro, considerado um incapaz por alguns dos oficiais:

⁶⁴ *Liga de Paris*, 138-139. Neste mesmo livro, nas pp. 142, 156 e 157 outras alusões são feitas ao ‘tenentismo’ e ao poder abusivo dos ‘soviets de tenentes’.

⁶⁵ Vide A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal III* (Lisboa¹³1998) 376-377; e *A Liga de Paris*, 101-102, 138-139, onde se podem encontrar referências críticas dos exilados de Paris a este caricato episódio protagonizado pelo tenente Sarmiento.

Desbaratou como um louco os dinheiros do Estado, que distribuiu à doida pelos seus amigos. Depois fez-nos andar a pedir esmola, de Norte a Sul... É um incapaz: repito! Abaixo Apolodoro. (p. 30)⁶⁶

Cedendo à oficialidade, Creonte, mais à frente, acaba por propor a sua substituição por um membro do Colégio dos Sacerdotes, numa clara alusão (mais uma) a Salazar que virá a substituir Sinel no cargo de Ministro das Finanças. Cede, apesar de saber que Apolodoro esbanjara o dinheiro em prol da manutenção da sua ditadura:

Apolodoro, na verdade gastou como um louco. O Tesouro de Tebas ficou vazio. Mas tinha que ser. Precisávamos muito de arranjar amigos, e é sempre com dinheiro que os amigos se arranjam. Depois a espionagem também sai caríssima. Mas claro que se não dispensa... (p. 46)

Fazendo jus à segunda parte do nome Apolodoro – δῶρον que em grego pode significar ‘presente para corromper’ – também o nosso ministro esbanjou dinheiro numa política de compadrios e de subsidiação, com base em critérios duvidosos. O conseqüente agravamento do défice orçamental obrigou Sinel, não a ‘pedir de Norte a Sul’, mas a recorrer a pedidos de empréstimo ao estrangeiro, primeiro às praças financeiras de Londres, depois à Sociedade das Nações⁶⁷.

3.1.2.4. Os exilados e os Citas

A estes pedidos de empréstimo, que não chegaram a concretizar-se, opuseram-se tenazmente, como vimos já, António Sérgio e outros exilados políticos. Acusados por Creonte, tal como o foram pelo governo da ditadura, de desprestigiarem a sua terra no estrangeiro, “fazendo supor o que não é verdade” (p. 71), estes desterrados acabaram por ser vítimas

⁶⁶ Esta opinião do Quarto Oficial há-de ser corroborada também, nos “Diálogos de Doutrina Democrática” (*Democracia*, 4), pela boca do Libertário que expõe a sua opinião ao Estadista: “Ora, como não havia controlo de espécie alguma, começou o brigadeiro a gastar à doida. Saíam no periódico do governo – no Jornal Oficial – listas de créditos extraordinários que o vitorioso quartel-mestre mandava abrir, para distribuir os dinheiros a seu capricho. Até emprestou a particulares, a cinco e seis por cento, dinheiro que o Estado tomava a nove. Uma loucura, como tu vês”.

⁶⁷ Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal VII* (Lisboa 1994) 169-170. Sobre os ecos que teve este pedido de empréstimo em Portugal, quer na imprensa quer na sociedade em geral, veja-se *A Liga de Paris*, 181-278.

de boatos e de calúnias que visavam o seu descrédito junto da opinião pública. É esse o sentido da ordem de Creonte a Ortágoras:

Faze espalhar pela cidade – mas com jeitinho, entendes? – mais umas mentiras sobre os exilados. Por exemplo: que temos provas nas nossas mãos – mas provas decisivas, incontestáveis – de que eles receberam das mãos dos Scitas... Que te parece?... Três milhões?... Quatro milhões?... Quatro milhões, hein?... Quatro milhões, não achas? Isso: que receberam dos Scitas quatro milhões. Provas ali, incontestáveis! (esfregando as mãos) Ah! Ah! Vai ser de feito, hein? (baixo) Claro, forja tu as provas. (p. 48)

Se dissermos que a Cítia era o nome dado pelos gregos ao território que se localizava entre os Cárpatos e o rio Don, mais concretamente na zona situada na parte Sul da Rússia⁶⁸, fica claro que este boato reproduz integralmente a ideia que o Jornal *Imparcial* (ironia das ironias!) pôs a circular em 4 e 5 de Julho de 1927⁶⁹. De acordo com essas notícias forjadas, das quais se defendeu, indignado, o nosso autor, em alguns dos seus escritos, “os Sicários que durante 16 anos vampirizaram o País” e que agora vivem em liberdade, “num exílio endinheirado”, tinham recebido, por intermédio de António Sérgio, quatro milhões de francos de origem bolchevista, para que o regime comunista fosse instalado em Portugal⁷⁰. Tanto aqui como na peça, a repetição deste refrão dos ‘bolchevistas’ e dos ‘Citas’ tinha um mesmo objectivo: atemorizar as populações com o fantasma do comunismo, que intencionalmente era identificado com os exilados e todos os demo-

⁶⁸ Cf. Simon Hornblower – Anthony Spawforth (edd.), *The Oxford Classical Dictionary* (Oxford³1996) s. v.

⁶⁹ O Libertário dos ‘Diálogos de Doutrina Democrática’ (*Democracia*, 15) também dá conta desta campanha de contra-informação, lançada por este jornal, para desacreditar António Sérgio e os seus companheiros de exílio.

⁷⁰ Cf. *A Liga de Paris*, 76-84. Outras alusões aos hipotéticos dinheiros de origem bolchevista, recebidos pelos exilados e opositores à ditadura militar, podem encontrar-se não só em outros documentos da Liga, publicados neste livro, nas pp. 64, 140, como também na peça, em intervenções de Creonte (pp. 33, 41, 42, 47, 62), do Quarto Oficial (p. 34) e de Tirésias (p. 63). De todas estas acusações, defendeu-se a Liga em “Nota enviada aos jornais e aos ditadores”, em Julho de 1927 (cf. *A Liga de Paris*, 84-85).

cratas⁷¹ – esses almas de morte, desordeiros e incendiários (pp. 41-42), na visão de Creonte, criptónimo de Carmona.

3.1.2.5. Lisandro de Orcoménia / Primo de Rivera

Ao servir-se desta “léria do bolchevismo”, o nosso governo, na opinião de Sérgio, fez-nos escravos de Espanha, atendendo a que “a própria ideia desta ditadura – com a sua bruta supressão de liberdade de pensamento – fora já de si uma espanholada”⁷².

Ora, se a génese das duas ditaduras apresentava semelhanças, quer ao nível das causas quer ao nível das ideias, lógico seria que, entre elas houvesse convergência, nomeadamente em questões estratégicas. Por isso, António Sérgio, baseando-se em notícias veiculadas tanto pela imprensa espanhola como francesa, estava convencido (ou não escondia o receio) de que a ditadura, no caso de haver uma revolução democrática em Portugal, contaria com o apoio militar de Primo de Rivera⁷³. Esta era também a convicção de Creonte que, depois dos avisos premonitórios de Tirésias para que alterasse a sua política, afirma esperar o apoio do seu vizinho Lisandro de Orcoménia, na eventualidade de nova revolta que pusesse em perigo o seu poder:

Nova revolta? Não creio. A espionagem vela, e faz bom serviço. Eles estão sem força, quebrados de todo... Lisandro de Orcoménia prometeu apoiar-me. Se fosse necessário, em poucas horas, com as suas tropas, chegaria a Tebas... (p. 67)

⁷¹ Cf. “Carta de agradecimento a D. Basílio”, *Seara Nova* 100 (9.6.1927) 78-79; e *Pátio das Comédias, das Palestras e das Pregações. Jornada Quarta* (Lisboa 1958) 11.

⁷² *A Liga de Paris*, 145. Ao fantasma do comunismo, agitado pela ditadura militar, contrapunham os exilados e democratas o fantasma do ‘perigo espanhol’. Vide Hipólito de la Torre Gómez, *Do “Perigo Espanhol” à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)* (Lisboa 1985) 123.

⁷³ *A Liga de Paris*, 25-26, 139-140. Encarregado pela Liga de averiguar quais as intenções do governo espanhol face à eventualidade de um movimento revolucionário em Portugal, Afonso Costa, contrariamente aos receios de António Sérgio, mostra-se firmemente convicto de que Primo de Rivera não interviria (cf. *A Liga de Paris*, 27-28). A dúvida, no entanto, persistiria no espírito de Sérgio.

Neste permanente jogo de máscaras, Lisandro de Orcoménia representava o General Primo de Rivera⁷⁴ que governou ditatorialmente a Espanha, desde 12 de Novembro de 1923 até 28 de Janeiro de 1930, altura em que se afastou do poder, cedendo o lugar ao general Dámaso Berenguer, encarregado por Afonso XIII de promover a transição da ditadura para a normalidade constitucional⁷⁵.

O fim do consulado primoriverista terá certamente desencadeado uma onda de esperança entre os democratas e de dúvida e apreensão entre os apoiantes da ditadura militar, personificada em Creonte. Tão importante terá sido para Sérgio este acontecimento que, na sua peça, o transforma na mola propulsora que vai concitar a *metabole* da δέσις para uma λύσις de luminosa esperança, que vai ocupar todo o terceiro acto.

3.2. ΛΥΣΙΣ: a luminosa esperança

Esta parte final da obra sergiana passa-se num cenário bucólico, povoado por personagens saídas dos idílios de Teócrito⁷⁶, que, num dia de Primavera luminosa, junto ao “grande desfiladeiro da caverna da cova” (p. 81), entoam melopeias rústicas e dialogam em decassílabos, pontualmente quebrados por versos de seis e doze sílabas⁷⁷. Neste

⁷⁴ Orcoménia, topónimo criado por Sérgio, deve associar-se, em nossa opinião, a *Orcómenos*, cidade grega da Beócia, vizinha de Tebas (cf. Simon Hornblower – Anthony Spawforth (edd.), *The Oxford Classical Dictionary* (Oxford 1996) s. v.). Se, na nossa *Antígona*, Tebas corresponde a Portugal, fácil é concluir que Orcoménia alude à vizinha Espanha, personificando Lisandro o general que a governava nesse tempo, ou seja, Primo de Rivera.

⁷⁵ Cf. Feliciano Montero y Xavier Tusell (edd.), *Historia de España. Vol XI: La restauración* (Madrid 1987) 466 sqq.

⁷⁶ É nítida a preocupação que Sérgio teve de situar o ambiente bucólico na Grécia, ao recriar, ainda que de forma muito livre, os *Idílios* de Teócrito. Para além das personagens Córidon, do *Idílio* IV, e Títilo, dos *Idílios* III e VII, ainda é possível entrever na penumbra da recriação sergiana alguns passos da obra do poeta de Siracusa. É o caso, a título de exemplo, dos vv. 9-10 da primeira intervenção de Córidon (p. 86), do verso e meio atribuído ao pastorinho (p. 87) e dos vv. 4-5 da terceira fala de Córidon (p. 87) que decalcam, com modificações, os vv. 44-46 do *Idílio* IV, os vv. 102-103 do *Idílio* V e os vv. 4 e 11 do *Idílio* I. Para a história da recepção de Teócrito em Portugal, sobretudo ao nível da tradução, vide Nuno Simões Rodrigues, *Traduções portuguesas de Teócrito* (Lisboa 2000).

⁷⁷ Ao imitar os *Idílios* de Teócrito, Sérgio teve também o cuidado de transpor os hexâmetros para decassílabos, porque, além de serem estes os versos que melhor

ambiente de paz e de alheamento total, tudo lhes chega “como um ruído ao longe” (p. 90). A sua quietude, porém, é perturbada com a chegada dos soldados que trazem consigo Antígona.

Preocupado com as consequências que a mudança política em Orcoménia podia trazer para o seu poder, Creonte decidira enviar Antígona para aquele local, porque, num momento conturbado e de incertezas como o que se vivia, a sua presença na cidade podia ser perigosa, atendendo às simpatias de que gozava entre o povo. Entretanto, acautelando os seus interesses individuais, tratou de preparar dois caminhos possíveis para que, no momento oportuno, pudesse escolher o que melhor se adequasse à evolução dos acontecimentos: o caminho da repressão, no que é auxiliado por Ortágoras; e, em alternativa, o caminho da transição, para o qual solicita a colaboração do sensato e liberal Hémon que gozava de simpatias entre os democratas. Se o regime ditatorial conseguisse dominar a situação, seriam intensificados os mecanismos repressivos, Antígona seria encarcerada na caverna e aí morreria. Se vencessem os democratas, Antígona serviria de refém para negociar a transição.

Um erro ou uma precipitação na análise dos acontecimentos levam Creonte e os seus apoiantes a considerarem dominados todos os focos de oposição. Assim, conforme o planeado, Antígona, despedindo-se da luz, é encarcerada na tenebrosa caverna, tal como acontecera no original sofocliano.

Quando, entretanto, chega a notícia de que a revolução comandada pelo generoso Hémon e por Critóbulo afinal havia vencido, tendo Creonte

traduziam o movimento rítmico grego, eram também os que, pela sua “musicalidade ondulante”, melhor se adequavam ao canto dos pastores. Os dodecassílabos (três, se associarmos o segundo verso da fala do pastorinho, de 4 sílabas, ao primeiro da segunda intervenção de Córidon, de 8 sílabas) e os hexassílabos (em número de nove) disseminados por este diálogo lírico (pp. 86-89), ainda que introduzam uma variação na sequência rítmica, acabam por não ser dissonantes. De facto, se se pensar que cada um dos versos de doze sílabas da segunda fala de Córidon, dada a sua natureza bipartida, pode ser entendido como um conjunto de dois versos de seis sílabas, ficamos com uma paleta rítmica reduzida a duas tonalidades: os decassílabos, que predominam, e os hexassílabos que são versos quebrados do decassílabo heróico. Sobre esta matéria rítmica, veja-se Amorim de Carvalho, *Tratado de versificação portuguesa* (Lisboa³1974) 31-39.

abandonado o poder e o país, já nada havia a fazer. Hémon acaba por suicidar-se ao lado de Antígona já morta, consumando-se o noivado de ambos com a treva. Na morte, porém, alcançam a liberdade por que lutaram e que doaram a Tebas, onde se institui uma democracia generosa, magnânima, tolerante e liberal⁷⁸, dedicada a Palas, “a persuasiva deusa da luz e da liberdade” (p. 123).

A Critóbulo são deixadas as palavras finais de esperança num futuro melhor, que condensam inegavelmente a intenção demopédica de António Sérgio, implícita na escrita deste “estudo social em forma dialogada”:

Juremos a nós mesmos que faremos o futuro melhor que o passado, para que a tirania não se erga mais, – não, nunca mais! Perante nós, vemos agora uma faina imensa: tenhamos ânimo de a levar por diante e ponhamos a esperança na mocidade de Tebas! Ela, enfim, nos salvará a todos, se souber inspirar-se na santidade de Antígona!... (p. 122).

4. Conclusão: das trevas à luz

Ao vivificar o mito de Sófocles com a sua alma portuguesa⁷⁹, animado provavelmente pelos ventos de esperança que sopravam de Espanha, Sérgio cumpria mais uma etapa do seu magistério pedagógico e político. Contra o torpor e o “aguardismo”⁸⁰, esta sua recriação alegórica, com muitas concessões à época em que foi escrita, oferecia aos seus leitores um exemplo de abnegado empenhamento cívico. Das trevas da caverna tumular de Antígona, o autor, inovando relativamente ao arquétipo, fez brotar uma luz – a luz do Espírito e da Liberdade, com que pretendia iluminar e despertar as consciências para a necessidade de

⁷⁸ Esta é também a democracia que preconiza Sérgio, num texto escrito em Madrid, em Janeiro de 1927. Cf. *Ensaaios III*, 159.

⁷⁹ Ao fazê-lo, Sérgio segue o pensamento de Nietzsche (*Menschliches, Allzumenschliches. Ein Buch für freie Geister*, II. §136), citado em epígrafe à sua obra. Cf. *Antígona*, p. 7.

⁸⁰ Cf. Vasco Magalhães-Vilhena, “Em torno da génese do idealismo filosófico de António Sérgio”, *Homenagem a António Sérgio* (Lisboa 1976) 130, para quem toda a filosofia de Sérgio é essencialmente activista – uma filosofia que não admite que se possa vencer sem resistência, sem luta e sem esforço.

resistir ao regime despótico vigente, por forma a obrigar, a breve trecho, à restauração da democracia, um sistema político que, no seu entender, exigia dos cidadãos “o máximo de consciência”⁸¹.

Mais de quarenta anos, porém, foram necessários para que o discurso apologético de Critóbulo, inspirado na ‘santidade de Antígona’, se cumprisse e, assim, as trevas cedessem o lugar à Razão e à Luz e a Força fosse vencida pelo Espírito e pela Liberdade.

Sérgio não veria já a concretização deste sonho de mudança. A sua *Antígona*, porém, ficava na história da literatura e da cultura portuguesas do século XX, como

*...um instinto de luz, rompendo a treva,
Buscando, entre visões, o eterno Bem.*⁸²

⁸¹ *Democracia*, 52. Cf. *Ensaios I* (Lisboa 1971) 233.

⁸² Citação dos vv. 10-11 do soneto *Nocturno* de Antero de Quental, poeta que muito influenciou o pensamento de António Sérgio.

* * * * *

Resumo: Escritor polígrafo, António Sérgio (1883-1969) escreveu, em 1930, quando se encontrava exilado em Paris, uma *Antígona* que definiu como “estudo social em forma dialogada”. Partindo desta sua afirmação, tentamos demonstrar que o autor, num permanente jogo de máscaras e de implícitos, recriou o mito de Sófocles à luz do seu pensamento, influenciado pelo de Kant, e do seu posicionamento político face à ditadura militar, instaurada a 28 de Maio de 1926.

Palavras-chave: Literatura portuguesa, Literatura grega, Teatro grego, António Sérgio, Sófocles, *Antígona*, recepção da literatura clássica.

Resumen: Escritor polígrafo, António Sérgio (1883-1969) escribió en 1930, cuando se encontraba exiliado en París, una *Antígona* que definió como “estudio social en forma dialogada”. Partiendo de esta afirmación suya, pretendemos demostrar que el autor, en un permanente juego de máscaras y de sobreentendidos, recreó el mito de Sófocles bajo el prisma de su pensamiento, influido por el de Kant, y de su posición política frente a la dictadura militar, instaurada el 28 de Mayo de 1926.

Palabras clave: Literatura portuguesa, Literatura griega, Teatro griego, António Sérgio, Sófocles, *Antígona*, recepción de la literatura clásica.

Résumé: Écrivain polygraphe, António Sérgio (1883-1969) écrivit, lors de son exil à Paris en 1930, une *Antigone* qu’il définit comme une «étude sociale en forme dialoguée». Partant de cette affirmation, nous allons essayer de démontrer que l’auteur, dans un jeu permanent de masquage et de sous-entendus, recréa le mythe de Sophocle à la lumière de sa pensée même, d’inspiration kantienne, et de son attitude politique face à la dictature militaire, instaurée le 28 mai 1926.

Mots-clé : Littérature portugaise ; littérature grecque ; théâtre grec ; António Sérgio ; Sophocle ; *Antigone* ; réception de la littérature classique.